

A QUESTÃO POLÍTICO-RELIGIOSA NO TRATADO TEOLÓGICO-POLÍTICO (TTP)

ARLENE BARBOSA FELIX *

INTRODUÇÃO

Qual projeto de estudo de Spinoza? Quais as motivações e para quem direcionou um escrito tão rejeitado? Considerado um livro licencioso e nocivo aos olhos de muitos, por comprometer a fé e os bons costumes, o *Tratado Teológico-Político* (TTP) teve sua leitura proibida e Spinoza considerado um subversivo religioso, um ateu por não sustentar a mesma divindade defendida pela comunidade judaica. Com uma nova formulação de Deus, o filósofo foi um dos primeiros a analisar e argumentar que a Bíblia nada mais é do que um documento histórico, contido apenas ensinamentos morais destinado a um determinado povo de uma determinada região. As Escrituras não teriam nenhum valor de verdade absoluta, o escrito não é atemporal, foi escrito de forma literal e mal interpretado por seus seguidores.

Spinoza usa o *Tratado* como forma de manifesto político em defesa da separação dos assuntos políticos dos assuntos religiosos e, pela livre expressão de ideias, assim como o direito de crença e não crença. É exatamente no velho testamento da Bíblia, mais especificamente no *Pentateuco*¹ ou a *Torá* (Gênesis, Êxodo, Levítico,

* Graduação em Filosofia (Licenciatura) e Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: felixarlene54@gmail.com

1 Inicia-se uma longa discussão no capítulo VIII do TTP acerca da autoria do *Pentateuco*: “Para irmos por ordem, começarei pelos preconceitos relativos aos autores dos Livros Sagrados e, antes de mais, ao autor do *Pentateuco*, que quase toda a gente acredita ter sido Moisés. Os fariseus, inclusive, defendiam isso com tanto empenho que tinham por herege quem sustentasse um ponto de vista diferente. Essa é a razão por que Alben Esdra, homem de mentalidade mais aberta e de uma não medíocre erudição, que foi o primeiro, pelos menos aqueles que eu li, que se apercebeu desse preconceito, não ousou explicar claramente a sua idéia, indicando-a apenas em termos assaz obscuros [...] Eis as palavras de Aben Esdra, no seu comentário ao *Deuteronômio*: *Para lá Jordão*, etc.; *de modo que compreendes o ministério dos doze* [...], e *Moisés escreveu também a lei* [...], e o cananeu

Números e Deuteronômio) que Spinoza encontra argumentos para a desmistificação e originalidade de um dos livros mais lidos e que sobrevive a gerações. Foi analisando conceitos e palavras da gramática judaica, bem como as histórias e cultura do povo judeu, que sua obra obteve grande admiração ao mesmo tempo em que repúdio de parte da sociedade de visão conservadora.

OS PROFETAS E AS QUESTÕES POLÍTICO-MORAIS

Entende-se por profeta um homem escolhido por Deus para interpretar desígnios divinos², nomeados para serem educadores e mandantes de um determinado povo. As figuras bíblicas são de grande importância nos primeiros capítulos do *Tratado*, não só na questão moral, mas também política, pois os “escolhidos de Deus” para realizar seus propósitos são figuras religiosas que influenciam o Estado hebraico para sua existência e conservação. Sua preocupação maior era apenas direcionar um povo sem se importar em conhecer a Deus.

As profecias que são conhecimentos revelados por Deus aos homens, através de demonstrações, que por vezes vêm reveladas através de objetos inanimados ou/e manifestações da própria natureza, por

estava então na terra [...], será revelado no monte de Deus [...], eis então o seu leito, um leito de ferro [...], então conhecerás a verdade. Por essas escassas palavras, indica e ao mesmo tempo prova que não foi Moisés quem escreveu o *Pentateuco*, mas alguém que viveu muito depois, e que o livro que de fato Moisés escreveu era diferente.” (TTP8 [140]) “grifo do autor”.

2 Significado da palavra profeta a partir da língua hebraica: “Entre os hebreus, efetivamente, o profeta chama-se *nabi*, quer dizer orador e intérprete, e na Escritura ele é sempre tomado por intérprete de Deus, como se infere do cap. VII, 1, do Êxodo, no qual Deus diz a Moisés: *eis que te constituo Deus do Faraó, e Arão, teu irmão, será o teu profeta.* É como se dissesse: já que Arão, ao interpretar para Faraó as palavras que tu pronuncias, faz de profeta, então tu serás como que o Deus do Faraó, ou seja, aquele que faz as vezes de Deus”. (TTP1 [15]) “grifo do autor”.

exemplo: ventos, tempestades, animais falantes, clarões entre outras anunciações, tomados como mensagens divinas. Tinham que estarem de acordo com as promessas ditas pelos profetas, pois o não acontecimento das anunciações ou milagres, poderia provocar o definhamento do Estado.

Moisés em passagens da Escritura pede algum auxílio divino, pois ele sabia do ânimo insubmisso da sua nação e que só através de prodígios poderia levar a diante a obra iniciada, sem esse auxílio, eles pereceriam. Os milagres, desse modo seria uma evidência para reforçar as crenças, caso contrário colocaria a prova a fé de muitos e com isso seria tempo perdido toda obra e trabalho de Moisés. Em vista disso, os profetas se esforçavam tanto para que se concretizassem os fenômenos explicáveis apenas por termos divinos, só assim os indivíduos não deixariam de seguir a religião professada.

A maneira como se apresentam as profecias nas figuras dos profetas mudam de acordo com os interesses, uma hora apenas divina noutra política, ou as duas juntas. Por isso é importante para o governante aparentar certas qualidades para se destacar no meio político. Na obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel (1469-1527) filósofo e político italiano, desempenhou um importante papel no século XV, que com certeza influenciou Spinoza no modo de enxergar e compreender as finalidades do Estado influenciado pela religião.

No projeto político de Maquiavel algumas características necessárias de um governante se assemelham a algumas do líder do Estado hebraico. Algumas qualidades principais que um governante deve ter segundo Maquiavel para se manter governando são: “Parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso e sê-lo: mas ter o ânimo predisposto de modo a que, se precisares de não ser, tu possas e saibas converter-te no contrário”.³

Ser religioso é uma das qualidades mais indispensáveis, ser religioso aparenta correção, justiça e boa índole. O que estar posto aos olhos de modo a transparecer apenas o exterior é de início mais relevante, a aparência diz muito, modo de se vestir, se comunicar identifica, às vezes, o jeito confiável de ser. Maquiavel afirma que “Os homens em geral julgam mais

pelos olhos que pelas mãos, porque ver toca a todos, sentir toca a poucos”.⁴ A arte de enganar vem principalmente daqueles representantes do Estado que professam alguma religião, as palavras professadas e *slogan* que leva o no de algum Deus, certamente não é só um adereço, mas uma maneira perspicaz de tornar sua governança confiável aos olhos do público. Demonstrar ser caridoso e bondoso para com o povo é importante para seguir governando, a aparência por vezes basta.

Um exemplo exposto no livro *O Príncipe* é de Alexandre VI, um papa que usava de seu poder teológico para enganar as pessoas, diz Maquiavel: “Alexandre VI não pensou jamais em outra coisa, que não fosse enganar os homens, e sempre encontrou situação para o fazer”.⁵ Os enganos acontecem à medida que o governante conhece a natureza de seu povo e, usando todas as qualidades de certa forma prejudica, por outro lado se apenas parecendo tê-las, são úteis. Por isso Maquiavel alerta, “Todos veem o que tu pareces, poucos sentem aquilo que tu és; e esses poucos não se atrevem a opor-se à opinião dos muitos que têm a majestade do estado a defendê-los”.⁶

É claro, que o governante fará de tudo para não ser odiado pelos seus súditos. Porém se em algum momento for forçado a agir de forma ríspida, estará apenas cumprindo uma ordem de Deus e não encontrará impedimentos de praticar atos considerados perversos. Mas tudo para manter a ordem e o bom funcionamento do Estado. O mal se torna necessário a partir das eventualidades, é preciso ter ânimo disposto para se adequar as intempéries.

Moisés, um dos profetas mais anunciados por Deus na Bíblia, considerado um legislador e líder religioso, recebe um chamado para prosseguir com seu povo israelita até os limites da Terra Prometida, conquistando terras. No entanto, não seria uma simples conquista, mas sim uma invasão e subtração da cultura dos povos nativos daquelas terras recém conquistadas, implantando novos hábitos morais, principalmente, obrigando-os a cultuarem e adorarem o mesmo Deus de Moisés. Caso isso fosse negado, o líder Moisés

4 MAQUIAVEL, *loc. cit.*

5 *Ibidem.*

6 *Ibidem.*

3 MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 2017, p. 201.

era ordenado pelo Deus de Israel a matar todos aqueles que fizessem alguma resistência contra a ocupação. Cito a passagem que narra “As leis da guerra” no livro de Deuteronômio:

Quando te aproximares de uma cidade para combatê-la, tu lhe proporás a paz. Se ela te responder em paz a te abrir as portas, todo o povo que alise achar será sujeito a trabalhos forçados e te servirá como escravo. Mas se ela, pelo contrário, não quiser a tua paz, mas a guerra, tu a sitiáras e, assim que o SENHOR teu Deus a entregar nas tuas mãos, passarás ao fio da espada todos os homens que nela houver; mas tomarás todo o despojo: as mulheres, as crianças, os animais e tudo que houver na cidade. Desfrutarás do despojo dos teus inimigos, que o SENHOR teu Deus te deu. Assim farás a todas as cidades que estiverem mais longe de ti, que não são cidades destas nações [...] (Dt. 20:10-15)⁷.

Sobre a perspectiva teológica judaico-cristã, seria equivocado acusar o profeta Moisés de genocida⁸, pois ele só estava cumprindo ordens divinas, tais ordens não eram para compreender, apenas para cumpri-las. É preciso se questionar se essas ações de Moisés eram completamente a mando de Deus, ou se a própria vontade do profeta estava presente de forma subentendida, poderia existir um desejo próprio na exploração de outros povos, a soberba teria possuído Moisés. A soberba identificada por Spinoza de: “Em fazer de si mesmo, por amor próprio, uma estimativa acima da justa”. (E3DA28). Por esse motivo faz necessário nos questionarmos se os propósitos divinos teriam se tornado humanos?

Sabendo que de algum modo o ser humano age segundo seus interesses e, isso não só no viés político, mas também no teológico, o quão grande é o interesse dos líderes em influenciar seu rebanho a partir de suas próprias inclinações. Existem importantes diferenças entre os profetas do livro sagrado e duas delas são relevantes para entendermos a análise crítica do autor do TTP, a primeira consiste nos tipos de desígnios que eram dados a eles e a segunda, na forma como Deus se comunicava. Essas diferenças são apontadas em relação a Moisés e Jesus, especialmente, o modo como

7 Para as citações da Bíblia utilizaremos algumas abreviaturas, usaremos as siglas: **Êx** para Êxodo; **At** para Atos dos apóstolos; **Dt** para Deuteronômio; **Jz** para Juízes; **Sl** para Salmos; **Rm** para Romanos; **Jo** para João.

8 Já que Moisés seguia ordens divinas, Deus seria então responsabilizado pelas atitudes de seus líderes.

Deus se comunicava com os dois, Moisés por vezes segundo Spinoza, “Moisés por meio de uma voz que vinha do ar”. (TTP1. [22]). Já Jesus foi o próprio Deus enviado aos profetas, existiu uma conexão direta, Cristo comunicou-se com Deus pelo seu próprio pensamento.

Os dois primeiros capítulos do *Tratado*, são direcionados aos profetas e às profecias, Spinoza afirma que os profetas não são dotados de uma capacidade intelectual diferentes dos demais, mas apenas com uma competência imaginativa diferenciada. Apenas Salomão “era superior aos outros pela sabedoria e não pelo dom profético”. (TTP2 p. 32 [30]). No capítulo II do *Tratado*, Spinoza fala de alguns profetas bíblicos, dentre eles, Abraão, Gedeão, Ezequias, Miquéias, Davi, Eliseu e tantos outros. Ele destaca o contexto em que viveram o mundo imaginativo de cada profeta a partir de uma formação teológica. Foi com base no conhecimento da vivência e estrutura educacional de cada profeta que Spinoza pôde identificar múltiplas finalidades nas ações proféticas e, não eram só teológicas, mas também políticas a respeito da formação do Estado e povo de Israel.

É preciso entender o contexto, o lugar, o tipo de vida e as vivências que esses homens levaram para só assim compreender suas ações e idealizações. Os profetas não eram insanos, apenas homens com a parte criativa da mente no grau elevado, é preciso levar em conta de que modo essa imaginação⁹ era usada e com qual veracidade apresentada, isso não quer dizer que eram mentirosos, ou dissimulados.

Os homens recebem informações a partir de coisas singulares¹⁰, informações “por ouvir dizer”, essas percepções se misturam com

9 “A partir de coisas singulares, que os sentidos representam mutilada, confusamente, e sem a ordem própria do intelecto (veja-se corol. da prop. 29). Por isso, passei a chamar essas percepções de conhecimento originado da experiência errática. 2. A partir de signos; por exemplo, por ter ouvido ou lido certas palavras, nós nos recordamos das coisas e delas formamos ideias semelhantes àquelas por meio das quais imaginamos as coisas (veja-se o esc. da prop. 18). Vou-me referir, posteriormente, a esses dois modos de considerar as coisas, como conhecimento de primeiro gênero, opinião ou imaginação. (E2P40S2).

10 “Por coisas singulares compreendo naquelas coisas que são finitas e que têm uma existência determinada. E se vários indivíduos contribuem para uma única ação, de maneira tal que sejam todos, em conjunto, a causa de um único efeito, considero-os todos, sob este aspecto, como uma única coisa singular”. (E2Def7).

informações já apreendidas pelo receptor e de forma incompleta que se apresentam como ideias baseadas em experiências imprecisas o primeiro gênero de conhecimento¹¹ - Segundo Kátia (2017, p. 49), “mas ao tentarem explicar essas noções universais acabam por não as expor corretamente, o que leva a uma má compreensão destas, assim, uma falha de comunicação pode contribuir para a limitação da potência divina”¹². As imagens vão se constituindo a partir das relações entre os corpos, a mente capta cada vez mais imagens e estas vão acumulando, com o tempo tornam-se cada vez mais difusas e difíceis de distinguir “[...] A mente humana poderá imaginar, distinta e simultaneamente, tantos corpos quantas são as imagens que podem ser simultaneamente formadas no seu próprio corpo”. (E2P40S1).

Na realidade o que se imagina não deixa de ser uma ideia verdadeira e, toda concepção verdadeira deve concordar com aquilo que é projetado, através do conhecimento de coisas já existentes, isto é, toda ideia só existe se concordar com o objeto, porém a composição dos fatos é que não existem. Como diz Spinoza,

É por isso que podemos ter ideias verdadeiras de modificações não existentes, pois, embora não existam em ato, fora do intelecto, sua essência está, entretanto, compreendida em outra coisa, por meio da qual podem ser concebidas, enquanto a verdade das substâncias, fora do intelecto, não está senão nelas próprias, pois elas são concebidas por si mesmas. (E1P8S2).¹³

As fantasias e os devaneios de cobras

11 “A partir de coisas singulares, que os sentidos representam mutilada, confusamente, e sem a ordem própria do intelecto (veja-se corol. da prop. 29). Por isso, passei a chamar essas percepções de conhecimento originado da experiência errática. 2. A partir de signos; por exemplo, por ter ouvido ou lido certas palavras, nós nos recordamos das coisas e delas formamos ideias semelhantes àquelas por meio das quais imaginamos as coisas (veja-se o esc. da prop. 18). Vou-me referir, posteriormente, a esses dois modos de considerar as coisas, como conhecimento de primeiro gênero, opinião ou imaginação. (E2P40S2).

12 KÁTIA, Brena. *Fundamentos éticos para a “melhor” política em benedictus de Spinoza*. 2017, p. 49 (dissertação de mestrado).

13 *Per modificationes autem id quod in alio est et quarum conceptus a conceptu rei, in qua sunt, formatur. Quocirca modificationum non existentium veras ideas possumus habere; quandoquidem, quamvis non existant actu extra intellectum, earum tamen essentia ita in alio comprehenditur, ut per idem concipi possint. Verum substantiarum eritas extra intellectum non est, nisi in se ipsis, quia per se concipiuntur.* (E1P8S2).

falantes que se transformaram em cajados são ideias verdadeiras, porém com modificações não existentes. As profecias estão compostas de objetos não concebíveis, de imagens não reais, mas com estruturas existentes, como por exemplo, a ideia de uma sereia composta de um corpo metade mulher, metade peixe. As duas coisas existem, mas apenas separadas! A imaginação, portanto, seria uma percepção que não viria do intelecto, ou seja, da razão. Compreende-se assim, mais claramente essa diferença nas próprias palavras do Spinoza:

Aqueles que sobressaem pela imaginação são menos aptos para compreender as coisas de maneira puramente intelectual; encontra partida, os que sobressaem mais pelo intelecto e o cultivam superiormente, possuem uma capacidade de imaginar mais temperada, mais regrada e como que a refreiam para que assim não se misture com o intelecto. (TTP1 p. 32 [30]).

Compreende-se a partir disso, que as sagradas Escrituras não possuem conhecimento natural algum que possa ser utilizado para a ciência, por isso aqueles que desejam entender sua finalidade e significado precisam usar de meios espirituais. Porém, levando em consideração que a própria Escritura é algo material que tem grande relevância no meio histórico e, mesmo que tenha registros de acontecimentos não explicados aos olhos da ciência, a crença será sempre dependente de algo concreto e, isso é justificado pelo próprio objeto – a Bíblia.

A necessidade da existência de algo escrito valida ainda mais o ânimo desconfiado dos homens para legitimar credices e, “[...] de tão santos pretendem ser, eles convertam a religião em superstição e comecem até a adorar simulacros e imagens, isto é, papel e tinta, como se fossem a palavra de Deus [...]” (TTP12, p. 197). O que se imagina precisa de alguma coisa que o comprove de modo que se materialize e que seja possível a percepção aos sentidos.

Os profetas não acreditavam que vinham de Deus os sinais, precisavam de algo material e concreto para se certificarem. Fica ainda mais claro que as finalidades dos ensinamentos eram apenas morais, visto que, as certezas proféticas se resumem em três:

1º - os profetas imaginavam as coisas reveladas extremamente nítidas, tal como os objetos se nos costumam apresentar quando estamos

acordados; 2º - obtinham um sinal; 3º - por último, e acima de tudo, a única coisa que os movia era a justiça e o bem. Apesar de a Escritura nem sempre mencionar o sinal, é de crer que os profetas o tiveram sempre [...] (TTP2, p. 34-35 [32]).

Os sinais dependem do próprio profeta, de forma subjetiva e interpretativa de acordo com a capacidade imaginativa e preconceitos contidos em seu ser. Para a realização do convencimento do povo, era preciso o profeta conhecer muito bem o povo, o tipo de discurso e argumentos usar para lubrifiá-los. O convencimento viria principalmente pelas ameaças e recompensas, os castigos severos, morte, pragas, guerras e doenças é um pacote completo de condução tirânica. Esses eram os principais castigos anunciados, um verdadeiro sistema de recompensas e penalidades. “O Deus providencial das tradições abraâmicas assegura que, pelo menos no longuíssimo prazo, a virtude e o vício humanos recebem o que justamente fazem por merecer”.¹⁴

As interferências proféticas eram de cunho moral e que influenciavam as leis e a vida das pessoas. A independência religiosa, a liberdade de pensar era diminuída. O povo que fugia da escravidão no Egito, em busca de bem-aventuranças se afundavam na escravidão da obediência. Toda essa peregrinação foi registrada nas Escrituras de modo que os escritos se tornassem ensinamentos para outras gerações.

Povo “ESCOLHIDO”

A vocação¹⁵ e o dom da profecia são questionados no capítulo III do TTP a partir dos acontecimentos narrados na Bíblia e, que de forma favorável aos hebreus os ajudaram a erguer e manter um Estado por muito tempo. Aqui começa a crítica de Spinoza à Escritura: Deus teria escolhido o povo hebreu? Foram

ditadas leis exclusivas para eles? Deus se aproximou mais da nação hebraica do que de outras? As respostas que serão apresentadas nos ajudarão a compreender o sistema teológico-político analisado pelo filósofo por uma perspectiva racional que Spinoza sabiamente denominou de “Luz natural”.

Moisés foi o homem escolhido por Deus para liderar o povo de Israel em sua libertação da escravidão no Egito. Sua história está registrada entre os livros de Êxodo e Deuteronômio. Um menino criado na corte egípcia “foi instruído em toda a sabedoria dos egípcios e era poderoso em palavras e obras”. (At. 7:22). Com base nisso, na sua formação é simples verificar que Moisés teria tanto em sua oralidade quanto em seu poderio intelectual a facilidade de instruir pessoas. Com essa passagem bíblica é possível verificar que em Moisés havia uma facilidade ímpar em liderança. Porém é curioso destacar que passagem anterior não condiz com essa inclinação ao discurso, isso é demonstrado quando ele mesmo – Moisés – fala ao Senhor “Ah, Senhor! Eu nunca fui bom orador, nem antes, nem agora, que falaste ao teu servo, pois sou pesado de boca e pesado de língua”. (Êx. 4:10).

É curioso demonstrar que apesar de Moisés ter “problemas ao falar” e, não se sabe ao certo quais, mas de alguma forma Deus escolheu justamente ele com toda sua limitação e, não havia outro em seu lugar a não ser para ajudar. Então, Deus escolhe também Arão, irmão de Moisés para ampará-lo nas palavras, pois tem prestígio na fala¹⁶. Esse fato dá ainda mais ênfase aos questionamentos que apresentaremos no decorrer desse trabalho, pois a vocação e a questão da escolha são dubitáveis.

Nas passagens do Pentateuco, Moisés aparenta se comunicar de forma inteligível e acessível para compreensão dos hebreus, disso se segue: “Moisés quis, desse modo e, sobretudo, com esses argumentos, admoestar os hebreus, adaptando-se à sua mentalidade infantil para melhor os vincular ao culto de Deus”. (TTP3 p. [51]). Spinoza justifica a forma

14 NADLER, Steven. *Um livro forjado no inferno*. 2013, p. 131.

15 “A recusa em reconhecer os hebreus como povo eleito processa-se por uma via a que podemos chamar irônica: de fato, é porque tudo o que acontece é fruto de especial eleição ou vocação divina, que dizer, *ex Dei aeterna directione et decreto*, que não faz sentido falar em povo eleito. A menos que por essa eleição se entenda o conjunto de circunstâncias que determinam a constituição de comunidade e do Estado hebraicos. Por detrás do argumento está, obviamente, a particular e polêmica concepção que Espinosa tem do problema da vontade e da liberdade. (AURÉLIO, 2008, Nota 4, p. 326).

16 “[...] Arão, o Levita, não é teu irmão? Eu sei que ele fala bem. Ele também virá ao teu encontro e, vendo-te, se alegrará no coração. Tu lhe falarás e lhe porás as palavras na boca; e eu estarei com a tua boca e com a dele, e vos ensinarei o que deveis fazer. Ele falará ao povo em teu lugar. Assim, ele será a tua boca, e tu serás como Deus para ele”. (Êx. 4: 14-16).

“compreensível” – em termos que eles percebiam – pela qual Moisés se comunica com o povo a partir de algumas passagens bíblicas. A fala do líder hebraico se aproximava da linguagem de seu povo, de maneira que o discurso não se distanciava da realidade e experiências de seu povo.

Spinoza com base em seus estudos e investigação, desmistifica as palavras colocadas por Moisés. O filósofo verifica a junção do discurso teológico ao político, a partir de explicações usadas no Velho Testamento que estão encobertas por um sentido transcendente.

No TTP expressão “governo de Deus” que é “ordem fixa e imutável da natureza, ou seja, o encadeamento das coisas naturais.” (TTP3, p. [52]). O “governo de Deus” é usado como palavra conotativa da “ação da natureza”, isto é, do fluxo necessário das coisas, sem uma intervenção divina. É como se Spinoza desenhasse de forma clara uma versão da “Bíblia racional”, destrinchando os códigos e parábolas. Há, portanto um desvendar dos conceitos e palavras que vão conseqüentemente desagradar alguns leitores do TTP, justo àqueles que compõem a elite conservadora da igreja no século XVII.

A preferência de Deus pelo povo hebreu é constatada na passagem: “Pois que grande nação tem deuses tão próximos quanto o SENHOR está de nós, todas as vezes que invocamos?” (Dt. 4:7). A aproximação de Deus justifica a preferência dentre outras nações, tudo que se pede é atendido e isso servirá de exemplo para outras, “Entretanto, o SENHOR começou se afeiçoou a teus pais e os amou; e escolheu a descendência deles, isto é, a vós, dentre todos os povos, como hoje se vê”. (Dt. 10:15). Conforme as Escrituras, o amor ele mais justas foram dados a um determinado povo desprezando os outros. As explicações mais contundentes dessa diferença com outros povos estão nos registros de acontecimentos narrados nas Escrituras:

Então, Moisés estendeu a mão sobre o mar; e, com um forte vento do Leste, o SENHOR fez recuar o mar toda aquela noite, tornando o mar em terra seca. As águas se dividiram, e os israelitas entraram pelo meio do mar em terra seca; e as águas ficaram como um muro à direita e à esquerda deles. E os egípcios os perseguiram e entraram atrás deles até o meio do mar, com todos os cavalos, os carros e os

cavaleiros do faraó. Na vigília da manhã, o SENHOR, desde a coluna de fogo e de nuvem, olhou para o acampamento dos egípcios e o tumultuou. Ele travou as rodas dos seus carros para andarem com dificuldade. Então os egípcios disseram: Fugamos de Israel, pois o SENHOR combate por eles contra os egípcios. (Êx.14: 21-25).

Todas essas diferenças e singularidades de tratamento com o povo hebreu ficam explícitas nas Escrituras de forma irrefutável, com isso abre ainda mais o leque estrutural da fundação e finalidade do Estado hebraico. Existem interesses nessa formação, isso é inegável. Podemos então indagar se esses interesses são humanos ou divinos. Para compreender os motivos pelos quais se dizia que a nação hebraica havia sido a eleita dentre outras nações é imprescindível saber que antes de tudo o ser humano almeja certas coisas para a sua vida, dentre as principais há três tipos de desejos: “conhecer as coisas pelas suas causas primeiras; dominar paixões; ou seja, adquirir o hábito da virtude; enfim, viver em segurança e de boa saúde”. (TTP3, p. [53]).

Segundo Spinoza esses desejos não são pretensões de um povo específico, mas de homens comuns. Qualquer sociedade deseja viver em segurança e adquirir saúde para viver melhor, assim como controlar suas paixões para serem mais sábios. Por isso, é também a partir dessas premissas que o filósofo desmistifica a vocação e eleição de apenas um povo.

Quando se escolhe, se tem necessidade de algo e, Deus não pode necessitar de nada, caso contrário ele não seria Deus, tão somente não pode escolher. Spinoza segue com seus argumentos para sobrepular as interpretações sobre “eleição” ou “escolha”. A estrutura explicativa e conceitual montada é a seguinte: Vocação nos remete a vontade de Deus de acordo com o conhecimento do vulgo, essa vontade se confunde com liberdade: “querer é poder?”, querer e poder são entendidos como sinônimos na perspectiva judaico-cristã, mas na *Ética* é definida como: “a vontade não pode ser chamada causa livre, mas unicamente necessária”. (E1P32). Spinoza parece criar um tipo de conceito que foge dos moldes impostos e, aparece como um tipo de liberdade imanente, quer dizer, uma livre vontade puramente necessária que de maneira alguma se enquadra

nessa vontade arbitrária. Não há contraste entre liberdade e necessidade, mas entre liberdade e constrangimento de causas exteriores, conforme afirma Carl Gebhardt.¹⁷

Seja qual for à vontade, ela só pode existir através de outra coisa e, sua existência é tão somente necessária ou coagida (*coacta*), não há liberdade na vontade, por isso não pode vir de Deus, pois “Deus age exclusivamente pelas leis de sua natureza e sem ser coagido por ninguém”. (E1P17). A natureza de Deus não pertence ao intelecto e muitos menos a vontade – são apenas modo de pensar - pois só Deus é causa livre. E essa liberdade, relatada na *Ética* é entendida como uma “[...] coisa que existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza e por si só é determinada a agir. [...] E coagida, aquela coisa que é determinada por outra a existir e a operar de maneira definida e determinada”. (E1Def7).

O primeiro e o segundo objetivos que mais buscamos, segundo Spinoza são adquiridos através da própria natureza humana e, dependem apenas da potência das leis da própria natureza. Portanto, conhecer pelas causas e adquirir o hábito da virtude dependem exclusivamente do ser humano, sem distinção de logradouros ou etnias. O terceiro objetivo é viver em segurança, o contrário do que foram os anteriores. A segurança é limitada às coisas exteriores a nós, ou seja, dons da fortuna¹⁸.

Há uma divisão para denominar esses dois modos de acontecimentos citados acima: Auxílio externo e interno de Deus. O interno é a própria potência humana agindo em sua conformidade para se conservar, o externo é a potência de causas exteriores. Disso, diz Spinoza “[...] auxílio interno de Deus a tudo quanto à natureza humana, apenas com sua própria potência, pode fazer para conservar o seu ser; auxílio externo, [...] é tudo aquilo que resulta em seu benefício, mas é produzido pela potência de causas exteriores” (TTP3, p. 52[46]).

A maneira, pela qual, o povo hebreu se desviava dos males eram compostos por duas condições, de interioridade e exterioridade.

17 GEBHARDT, Carl. *Spinoza (Biblioteca de obras maestras del pensamiento)*. 2008, p. 143.

18 “Entendo unicamente o governo de Deus na medida em que dirige as coisas humanas por causas exteriores e imprevistas”. (TTP3, p. [52]).

A necessidade de “conservação do corpo” é intrínseca a espécie humana, essa conservação se dá mais efetiva em sociedade, pois há um grupo maior de pessoas, a potência desses corpos é maior do que se fosse apenas um corpo, essa ideia mútua se dá pela cooperação. A assistência com o outro também é uma autoproteção, mesmo que isso às vezes não seja consciente e, para suportar situações que não estão de certo modo ao nosso controle é necessária uma junção de corpos.

A preservação da vida depende das intempéries, por essa razão, a segurança da vida dependente das causas exteriores, essas causas podem ser múltiplas, em outras palavras os corpos exteriores têm grande influência sobre nós, assim como nós sobre eles. Uma ajuda mútua é por isso indispensável para qualquer atividade em sociedade. Há com isso um necessitar dos corpos exteriores para uma devida formação e composição de si e do que existe, tem que haver uma reciprocidade das partes para uma devida conservação do ser, “Portanto, nada é mais útil ao homem do que o próprio homem”. (E4P18S). Essas causas exteriores são chamadas de bens da fortuna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou estabelecer conceitos e ideias que ajudasse o leitor a compreender as percepções, investigações de Spinoza a cerca de um tema tão complexo e ao mesmo tempo delicado de se falar, pois independente do século que se debruça sobre temas relacionados ao divino é sempre um desafio não ferir as crenças e a moral da sociedade. Apesar de perseguido, Spinoza faz com muita maestria a investigação e desmistificação de leis ditas como absolutas e irrefutáveis, entende-se, portanto, que o final desse artigo abre ainda mais o leque de questionamentos e a conclusão, pode-se assim dizer, referente ao povo hebreu em relação a fortuna é que foram sem dúvida atingidos por ela, acontecimentos, pelos quais, não estavam no controle humano e, a segurança por sua vez, está submetida aos bens da fortuna, daquilo que pode ou não acontecer. A organização social, a geografia do local e, a forma como os hebreus estavam de certa forma protegidos, foram pontos importantes e positivos para serem chamados de “povo de Deus”. A razão e a experiência ensinam que é só a partir de

leis organizadas que uma sociedade se sustenta por muito mais tempo. Mas, que a partir disso, infelizmente, servindo-se da palavra de Deus alguns governantes se beneficiam para controlar o povo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e Corrigida no Brasil. Ed. 1995 São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005. 1248p.

GEBHARDT, Carl. **Spinoza**. Traducción de Oscar Cohan. Prólogo de Diego Tatián. Buenos Aires: Losada, 2008. (*Biblioteca de obras maestras del pensamiento*).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Edição bilíngue; tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34, 2017.

NADLER, Steven. **Um livro forjado no inferno**: o tratado escandaloso de Espinosa e o nascimento da era secular. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

SILVA, Brena Kátia Xavier da. **Fundamentos éticos para a “melhor” política em Benedictus de Spinoza**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SPINOZA, B. de. *Ética*. Tradução e notas de Tomaz Tadeu: Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SPINOZA, B. de. **Opera Posthuma**: im Auftrag der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. Carl Gebhardt (Org.). Heidelberg: Carl Winter, 1925. Republicada em 1972. Milano: Edição Eletrônica por Roberto Bombacigno e Monica Natali, 1998. 1 CD-Rom.

SPINOZA, B. de. **Tratado teológico-político**. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

